

CONTEXTUALIZANDO AS TRILHAS ECONÔMICAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES: RESULTADOS DE UM PROGRAMA DE PESQUISA EM DIFERENTES PAÍSES¹

Naila Kabeer²

Resumo

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de diferentes abordagens metodológicas. Uma parte da pesquisa foi organizada em torno de pesquisas quantitativas de mulheres e suas unidades domésticas, com instrumentos de coleta desenhados especificamente para o projeto, incorporando um núcleo comum de indicadores de empoderamento e variáveis explanatórias, mas também variáveis de interesse aos diferentes contextos pesquisados. Em linha com nossa abordagem conceitual, nossos indicadores de empoderamento incorporaram diferentes tipos de mudanças: no papel das mulheres no âmbito doméstico, na tomada de decisões na família, nas suas relações interpessoais, na sua participação na comunidade e em formas individuais e coletivas de ativismo político.

Palavras-chave: Empoderamento econômico. Trabalho. Participação política.

Abstract

The research was carried out through a number of different methodological approaches. One strand of the research was organised around purposively designed quantitative surveys of women and their households, incorporating a common core of empowerment indicators and explanatory variables but also variables of interest in the different research contexts. In line with our conceptual approach, our indicators of empowerment encompassed different kinds of change: in women's role in household decision-making, in their inter-personal relations, in community participation and in individual and collective forms of political agency.

Keywords: Economic empowerment. Work. Quotas. Political engagement.

¹ Título original: *Contextualising the economic pathways of women's empowerment: findings from a multi-country research programme*. Pathways Policy paper, October 2011, Brighton: Pathways of Women's Empowerment RPC. Tradução do original em inglês de Cecilia M. B. Sardenberg.

² Economista, nasceu em Bangladesh, atualmente é Professora de Gênero e Desenvolvimento, no Instituto do Gênero, *London School of Economics e Politics Sciences*. Foi professora de Estudos de Desenvolvimento, na *School of Oriental and African Studies (SOAS)* da Universidade de Londres e pesquisadora do *Institute of Development Studies (IDS)* da Universidade de Sussex, onde trabalhou por muitos anos. É autora de vários livros e artigos sobre desenvolvimento, gênero, trabalho e geração de renda.

Introdução: porque pesquisamos trilhas econômicas do empoderamento de mulheres

O trabalho assalariado realizado pelas mulheres tem figurado na literatura sobre desenvolvimento por duas razões principais. A razão instrumental se relaciona ao seu potencial de contribuição para uma variedade de objetivos do desenvolvimento – de redução da pobreza até desenvolvimento e crescimento econômico. A razão intrínseca é o seu potencial de transformar a vida de mulheres e meninas, compensando as desigualdades de gênero em uma variedade de frentes. Nos dois casos, o trabalho assalariado tem potencial empoderador, uma vez que se relaciona à capacidade das mulheres de terem voz e interferirem nas arenas primordiais de suas vidas que propiciam o ímpeto para mudanças. Foi esse o racional que ofereceu o ponto de partida para o Pathways pesquisar o potencial empoderador do trabalho remunerado das mulheres.

O quadro conceitual que guiou nossa pesquisa incorporou duas dimensões, interligadas, de mudanças sociais positivas na vida das mulheres. A primeira se refere ao plano individual: a autoestima das mulheres como sujeitos de direitos, sua capacidade de fazer escolhas estratégicas em suas vidas e exercer seu direito a voz e intervenção em suas relações interpessoais. A segunda se relaciona a uma forma de empoderamento coletivo, ao ativismo das mulheres enquanto cidadãs: sua capacidade de agir coletivamente para protestar contra injustiças, demandar seus direitos e trabalhar em pé de igualdade com os homens para transformar a sociedade em que vivem. Isto foi delineado no artigo em que se formulou uma agenda de trabalho no início do Programa.

Empoderamento como um processo de mudanças multidimensionais

[...] a conceituação de empoderamento que informa esta pesquisa toca em muitos aspectos de possíveis mudanças na vida das mulheres, cada um importante em si próprio, como também em sua interrelação com os demais. Toca na autoestima e identidade social das mulheres; na sua vontade e habilidade em questionar seu status e identidade subordinada; na sua capacidade de exercer controle estratégico sobre suas próprias vidas e de renegociar sua relação com outros que têm importância para elas; na sua habilidade em participar em pé de igualdade com os homens na transformação das sociedades em que vivem, de sorte a contribuir para uma distribuição de poder e oportunidades mais justas e democráticas. (KABEER, 2008, p. 27).

Nossa abordagem à questão do empoderamento econômico das mulheres não foi confinada aos aspectos econômicos das suas vidas. Ao contrário, estávamos interessadas na extensão em que melhorias na posição econômica das mulheres, particularmente em relação ao trabalho, renda, educação e recursos, estariam associadas a mudanças em outros aspectos de suas vidas: econômicos, sociais assim como políticos. Em outras palavras, a pesquisa enfocou a significância das trilhas econômicas nos processos (essencialmente multidimensionais) de mudanças, incorporando diferentes aspectos da vida das mulheres.

Metodologias misturadas

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de diferentes abordagens metodológicas. Uma parte da pesquisa foi organizada em torno de pesquisas quantitativas de mulheres e suas unidades domésticas, com instrumentos de coleta desenhados especificamente para o projeto, incorporando um núcleo comum de indicadores de empoderamento e variáveis explanatórias, mas também variáveis de interesse aos diferentes contextos pesquisados. Em linha com nossa abordagem conceitual, nossos indicadores de empoderamento incorporaram diferentes tipos de mudanças: no papel das mulheres no âmbito doméstico, na tomada de decisões na família, nas suas relações interpessoais, na sua participação na comunidade e em formas individuais e coletivas de ativismo político.

As pesquisas foram realizadas no Egito, Gana e Bangladesh. (Uma pesquisa foi também realizada no Brasil, mas motivada por um conjunto diferenciado de questões). A pesquisa em Bangladesh foi conduzida entre 5.000 mulheres de 15-59 anos, em oito localidades diferentes, urbanas e rurais. A amostra para a sondagem do Egito foi realizada com 925 mulheres com idade acima dos 16 anos, selecionadas do Painel da Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do Egito, de 2006. A pesquisa do Pathways foi realizada com estas mulheres em 2009. Em Gana, a sondagem foi conduzida com 600 mulheres de comunidades rurais e urbanas em três regiões diferentes. Enquanto no Egito e Bangladesh a pesquisa se baseou em diferentes categorias de trabalho, em Gana, a amostra teve por base três gerações de mulheres com o propósito de verificar mudanças entre as gerações. Os resultados das pesquisas quantitativas foram analisados por meio de uma combinação das abordagens bivariada e multivariada.

Resumo das recomendações: implicações para políticas e pesquisas

1. Entender o trabalho das mulheres em suas diferentes formas permanece como um grande hiato na produção de conhecimento. Os formuladores de políticas não devem aceitar os resultados de pesquisas convencionais como conclusivos; ao invés, devem investir em um leque de métodos e abordagens diferentes para avaliar como melhor mensurar o trabalho das mulheres.
2. O que é considerado empoderamento de mulheres pode variar consideravelmente de acordo com o contexto. O desafio da pesquisa é identificar o que há em comum, mas permanecer sensível às diferenças.
3. Os homens têm um papel crítico no contorno das trajetórias de empoderamento das mulheres. Pesquisas futuras sobre empoderamento de mulheres, no tocante a meios de vida e mercado de trabalho, deverão ter um enfoque explícito, tanto em homens quanto mulheres.
4. Existem variações consideráveis nas trilhas do empoderamento de mulheres, até dentro de um mesmo contexto. Precisamos entender melhor como as variações no âmbito da comunidade influenciam a capacidade das mulheres de exercerem voz e agenciamento.
5. Políticas que oferecem mais e melhores empregos para mulheres podem promover um ambiente propício para o seu empoderamento.
6. Uma abordagem gradualista e integrada pode ser necessária em contextos em que a informalidade das normas e a intersecção de restrições à participação de mulheres no mercado de trabalho tendem a se reforçar mutuamente.
7. O impacto do trabalho remunerado na participação política das mulheres e em ações coletivas tem sido desigual. Mulheres trabalhadoras precisam construir e mobilizar a opinião pública a seu favor para pressionar o estado a apoiar suas lutas. Ações coletivas são vitais e precisam ser apoiadas.
8. Capacitação e comunicação são elementos críticos para expandir a base de conhecimento das mulheres e sua capacidade de melhorar suas vidas. Formuladores de políticas deveriam apoiar treinamento para as mulheres desenvolverem diferentes habilidades e reconhecer, bem como fazer uso, do poder da mídia popular, tais como televisão e rádio.
9. As leis são um recurso importante para as mulheres trabalhadoras melhorarem suas condições e posição na economia.

Uma segunda parte da pesquisa sobre trilhas econômicas foi baseada em métodos qualitativos, com o uso de entrevistas semiestruturadas e estudos de caso. Em Gana e Bangladesh, este estudo foi realizado nas mesmas localidades das sondagens, ao passo que, no Egito, ele teve lugar apenas em bairros pobres de zonas urbanas. A pesquisa também contou com uma oficina realizada em Delhi, Índia, com a participação das pesquisadoras envolvidas, além de participantes do Reino Unido, Tailândia, África do Sul e Índia, para

melhor identificar formas de ação coletiva em torno do trabalho de mulheres em diferentes contextos. Outras interações com as participantes desta oficina levaram à organização de uma coletânea sobre este tópico (KABEER et al., no prelo).



Mona, seguindo os passos de seu pai, tornou-se mecânica para sustentar a família
Foto: Amanda Kerdahi Matt

Principais Resultados

Os três países que foram objeto das pesquisas apresentaram vários contrastes interessantes. As mulheres em Gana têm uma longa história de mobilidade no espaço público e de participação em trabalho fora de casa. Em contraste, tanto no Egito quanto em Bangladesh tem havido, historicamente, muito mais restrições à mobilidade pública das mulheres e a seu engajamento em trabalho remunerado fora de casa.

Enquanto o estado tem sido uma fonte importante de emprego formal para as mulheres, nos três contextos, o emprego formal constituiu apenas uma pequena porcentagem dos empregos das mulheres. Na amostra de Bangladesh, as mulheres com emprego formal somaram apenas 4% do total comparados aos 10% que se tem ao nível nacional. Enquanto muitas das mulheres entrevistadas eram de fato funcionárias públicas, outras estavam empregadas em organizações não governamentais. Em Gana, as mulheres empregadas no setor formal estavam, aparentemente, super-representadas na amostra: 13% comparados aos 8% da média nacional. Na amostra do Egito, esta porcentagem era de 30%, igualando-se à média nacional. Esta maior presença no Egito reflete o papel do estado

egípcio em garantir empregos no setor público para homens e mulheres que concluíram instrução universitária. No entanto, em todos estes contextos, tem sido registrada uma queda da presença das mulheres em empregos no setor público, um produto da liberalização das políticas econômicas.³

Vários achados significativos surgiram em nossa pesquisa. Embora nossos levantamentos confirmassem, de um modo geral e nos diferentes contextos dos países aqui sob análise, a importância do acesso das mulheres ao trabalho remunerado como meio de promoção de melhorias em diferentes aspectos de suas vidas, elas também demonstraram a importância do tipo de trabalho para que estas melhorias acontecessem. Nos três países, as mulheres engajadas em trabalho remunerado no mercado formal e semiformal tendiam a relatar resultados positivos em uma série de indicadores avaliando seu papel na tomada de decisões e em participação e atitudes políticas, muito mais do que aquelas que eram economicamente inativas. Elas desfrutavam, também, de maior mobilidade fora de casa do que no Egito e em Bangladesh, contextos em que, conforme notamos anteriormente, existem restrições no direito de ir e vir das mulheres.

A extensão em que atividades informais também tinham impacto em comparação à inatividade econômica variou consideravelmente entre os três contextos. Tanto em Gana quanto em Bangladesh, o trabalho remunerado que tirava as mulheres de casa para o espaço público tendia a ter um impacto mais positivo do que no caso daquelas que trabalhavam em um âmbito de produção familiar. Assim, por exemplo, em Bangladesh, as mulheres que estavam no mercado informal, mas trabalhavam fora de casa, deram respostas mais positivas do que aquelas que desenvolviam atividades no mercado informal, mas dentro de casa, bem como do que as que desenvolviam atividades produtivas sem remuneração ou eram inativas economicamente. Em Gana, as trabalhadoras por conta própria em atividades não agrícolas tendiam a oferecer mais respostas positivas do que as mulheres inativas, as que trabalhavam por conta própria, mas com produtos agrícolas, bem como as ativas no mercado informal.

Os resultados das sondagens em Gana e Bangladesh sugerem que aquelas com renda mais regular – isto é, as que trabalhavam no mercado formal ou por conta própria em

³ Sample and national estimates of women's informal work are not necessarily comparable. Sample estimates relate to all women in the sample whereas national estimates are generally calculated for the employed population only.

atividades não agrícolas, como no contexto de Gana – tinham maior possibilidade de contribuir para a base de ativos da família, seja por meio de aquisição de terra e outros tipos de propriedades ou por meio de poupanças ou pensões. No entanto, aquelas que detinham imóveis próprios representavam uma porcentagem muito pequena. Somente 3% das mulheres, na amostra de Gana, tinham casa própria, enquanto, em Bangladesh, só 7% tinham uma propriedade comprada com seus próprios recursos. Esta questão não foi incluída na amostragem do Egito, ao passo que o estudo de Bangladesh também explorou a extensão em que título de propriedade de terra ou casa própria (individual ou conjunta), estava associado a maior empoderamento, verificando-se que esta correlação, em geral, era positiva e significativa. Esta correlação não foi explorada no caso de Gana.

Os resultados do Egito foram um pouco diferentes dos demais, pois as mulheres que trabalhavam em atividades informais fora de casa não se mostraram, sistematicamente, mais empoderadas do que aquelas com atividades informais desenvolvidas dentro de casa. Na verdade, aquelas que trabalhavam em casa pareciam ter mais poder decisório do que as demais. Diferente dos outros países, o estudo realizado no Egito também mediu o impacto de diferentes modalidades de trabalho sobre uma variável composta de empoderamento: apenas o trabalho no mercado formal realizado fora de casa se mostrou significativo no exercício.

Essas variações no potencial transformador das diferentes formas de trabalho remunerado, específicas aos contextos estudados, são importantes e merecem estudos mais aprofundados no futuro, mas muitos pontos relevantes podem ser destacados com base nos resultados que colhemos. Conforme observado, as mulheres têm maior envolvimento no trabalho remunerado formal no Egito do que em Gana ou Bangladesh. O setor público do Egito é descrito como o “único verdadeiro empregador cego para gênero”, oferecendo um pacote complexo de benefícios que inclui direito a creche, licença maternidade renovável de um ano, garantia de retorno ao emprego na mesma posição anterior e reconhecimento do tempo de licença como trabalhado, férias anuais, acesso a crédito e a bens subsidiados, direito a adesão a sindicatos e comissões de ação coletiva, tudo isto combinado com recursos legais e o devido processo, no caso de conflitos ou necessidade de compensação.

No entanto, para os demais 70% de mulheres que não conseguem assegurar emprego formal, a situação é ruim, tornando-se pior na medida em que muitas outras se voltam para a economia informal face ao enxugamento do setor público.

As mulheres são mais vulneráveis, pois elas continuam a enfrentar maiores restrições na sua capacidade de participar do mercado informal. Ao contrário do que acontece em Bangladesh, onde as mulheres enfrentam restrições semelhantes, suas desvantagens não são contrabalançadas em parte pelo amplo acesso a serviços de microcrédito. No Egito, as mulheres que estão fora do setor formal, mas quase sem nenhuma assistência do estado, tampouco dispõem da escala de ONGs e suas atividades voltadas para o desenvolvimento, como acontece em Bangladesh.

Em contraste, as entrevistas qualitativas realizadas com mulheres tanto em Gana como em Bangladesh revelaram que, para essas mulheres, o simples fato de estarem trabalhando era importante, embora os resultados da sondagem quantitativa tenham sugerido que, a depender do contexto particular, o tipo de trabalho que elas desenvolviam, os bens que possuíam, as possibilidades de fazerem poupança, assim como sua idade, estado conjugal, a força das crenças religiosas, o local de residência e, por aí em diante, eram fatores que podiam mediar o impacto do trabalho remunerado (KABEER et al., 2011; TSIKATA; DARKWAH, 2009). No estudo de Gana, a maior parte das mulheres acreditava que sua atividade econômica tinha um impacto positivo na relação com seus parceiros. O simples fato de sair para trabalhar e contribuir com seu dinheiro, não importa quão pouco, para as despesas domésticas, já era visto como crucial para um bom relacionamento. Já em Bangladesh, notou-se uma ênfase maior em se ter poder aquisitivo próprio, um certo grau de independência econômica. Como uma mulher entrevistada em Bangladesh afirmou: “Você pode dizer logo de cara quando vê uma mulher que trabalha. Quando as mulheres trabalham e têm uma renda própria, elas têm um ar diferente. Elas têm força mental”.

A educação, principalmente a secundária, surgiu como um dos fatores mais decisivos na promoção de mudanças na vida das mulheres, em todos os três contextos, mostrando-se relevante tanto em termos de atitudes quanto em capacidade de agenciamento. Em todos estes contextos, a educação feminina vem crescendo através do tempo. Por certo, a educação permite acesso ao emprego formal, mas, com o encolhimento das oportunidades para emprego formal, observado nos estudos em Gana e no Egito, este

fator vem se tornando menos importante. No entanto, nosso estudo mostrou que a educação tem um impacto positivo em outros aspectos da vida das mulheres – participação política, atitudes e poder decisório – em todos os três contextos. Em outras palavras, o poder transformador da educação não opera somente na estrutura de emprego.

Os baixos níveis de participação feminina no Mercado de trabalho não significam que as mulheres não trabalhem. Muitas observadoras sabem que as mulheres trabalham o tempo todo. Elas trabalham em mercados informais, trabalham para a suas famílias, trabalham de forma intermitente, trabalham sem remuneração e, muitas vezes, sem seguridade social, a não ser a boa vontade daqueles que as empregam ou fazem uso do seu trabalho. O tipo de sistemas de produção flexíveis que geram esse tipo de oportunidades de geração de renda para mulheres em curto prazo não oferecem benefícios ou seguridade social no longo prazo (SHOLKAMY; ASSAD, s.d.).

No Egito e em Bangladesh, dois países caracterizados, tradicionalmente, por darem preferência a filhos homens, parece estar havendo uma transição para uma maior indiferença quanto ao sexo das crianças. No Egito, porém, observou-se uma variação considerável nas expressões desta preferência em função do tipo de trabalho das mulheres: mais marcante entre mulheres rurais que desenvolviam atividades produtivas não remuneradas na família (62% delas expressaram preferência por filhos homens); bem menor (19%) entre aquelas das zonas rurais, mas com trabalho informal remunerado. Em Bangladesh, houve menor variação quanto à preferência por filhos homens em termos de ocupação, variando de 43% entre mulheres que desenvolviam atividades remuneradas no espaço doméstico, para 34%, entre as que estão engajadas no mercado formal. No entanto, em Bangladesh, as mulheres cujo trabalho era valorizado por suas famílias relataram menores níveis de preferência por filhos homens (esta questão não foi incluída como variável na sondagem feita no Egito).

Nos dois estudos, contudo, o local de moradia contribuiu para variações na preferência por filhos homens, havendo, porém, maior variação nesse tocante em Bangladesh, com os níveis mais altos sendo observados nos distritos mais conservadores em termos religiosos, os mais baixos correspondendo aos distritos mais pobres com participação feminina na força de trabalho mais alta do que a média. Que religião tem um papel preponderante na designação de preferência por filhos homens foi evidenciado no

estudo de Bangladesh: as hindus geralmente expressaram maior preferência por filhos do que as muçulmanas e, entre estas últimas, aquelas mais conservadoras na religião mostraram maior preferência por filhos homens do que as demais.

O estudo de Gana demonstrou a relevância de localidade para mudanças intergeracionais na educação feminina (DARKWAH, 2010). Em especial, revelou a evidência inquestionável de mudança no Norte da Gana, onde a geração de mulheres mais velhas, tanto avós como mães, às quais fora negado o direito à educação formal de forma mais marcante do que em outras regiões, trataram de garantir que a nova geração de mulheres, seja de filhas ou netas, recebesse a educação negada a elas. Aparentemente, isso se deve, pelo menos em parte, à relativa escassez de opções econômicas nesta região em comparação com o resto do país.

Em nosso estudo, registramos também vários resultados menos positivos. O trabalho remunerado certamente trouxe benefícios, mas também implicou em custos de vários tipos, particularmente se o trabalho era precário e a renda pequena. Em Gana, as mulheres no trabalho informal relataram níveis mais altos de violência doméstica do que qualquer outro grupo, incluindo-se as mulheres economicamente inativas. Em Bangladesh, as mulheres engajadas em trabalho remunerado fora do espaço doméstico estavam mais expostas ao assédio, ao passo que aquelas que estavam no mercado informal, também fora de casa, expressaram estar sob pressão e sofrendo efeitos adversos em sua saúde. Apesar de a maior parte das mulheres em Bangladesh acreditar que seus maridos deveriam colaborar com as tarefas domésticas se suas mulheres estivessem empregadas, observou-se muito pouca evidência no sentido de qualquer mudança na divisão doméstica do trabalho. No Egito, o trabalho informal desempenhado fora de casa foi fortemente associado com baixos níveis de saúde mental, enquanto aquelas engajadas em trabalho remunerado no espaço doméstico relataram níveis de autoconfiança mais baixos do que as mulheres economicamente inativas.

Um levantamento de pequenas e médias empresas no Egito revelou que as mulheres eram menos favorecidas do que os homens em termos de salários e seguridade social. Elas tendiam a vivenciar o seu ambiente de trabalho como ameaçador e relatar maiores dificuldades em conciliar suas funções no trabalho com as responsabilidades domésticas.

Um outro aspecto negativo revelado em nossas sondagens diz respeito ao fato de que as mulheres em nossos locais de estudo, na sua grande maioria, não apenas estavam em empregos mal remunerados, com pouco ou nenhum acesso a formas mais confiáveis de seguridade social, como também se viam excluídas do alcance das atividades costumeiras dos sindicatos. Desta maneira, elas dispunham de muito pouco poder de barganha mais organizativo para negociar melhores salários e condições de trabalho bem como para o reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãs. Os resultados dos três países estudados atestam o fato de ser mínimo o impacto do acesso ao trabalho remunerado, por si só, na promoção de maior cidadania para mulheres e de ações coletivas.

Entretanto, em Gana e Bangladesh, algumas formas de atividades associativas foram correlacionadas com mudanças positivas na vida das mulheres. O impacto mais forte e mais consistente se deu em Bangladesh onde as principais associações em questão eram as ONGs de desenvolvimento. Enquanto a maioria destas ONGs trabalhava com microcrédito, o fato de seus efeitos persistirem até depois da demanda pela introdução de controles sobre a taxa de atividade econômica das mulheres ser atendida, sugere que o efeito refletia fatores outros que os mais obviamente econômicos. Um impacto no sentido de empoderamento também se fez evidente em Gana onde as associações em questão eram de ordem religiosa. Como Darwah e Tsikata (2009) apontaram, essas associações religiosas tiveram um papel para além do puramente religioso na vida das associadas. Neste caso, o impacto de organizações de igreja pode ter chegado por meio de rotas econômicas. De fato, as entrevistas qualitativas anotaram casos em que a associação com a igreja propiciava às mulheres um caminho para o emprego formal bem como oportunidades para treinamento vocacional.

A Igreja foi uma constante, tanto para jovens quanto para idosas, e várias delas exaltaram suas vantagens – permitia que as pessoas se expressassem, poderiam se tornar líderes; poderiam aprender muitas coisas, inclusive oratória; poderiam até conseguir empréstimos dos grupos de igreja, que ofereciam apoio financeiro em momentos de doença e calamidade e, caso tudo mais falhasse, ofereciam um bom enterro.

Esses achados sobre o impacto limitado do trabalho remunerado na capacidade de barganha das mulheres por melhores termos e condições de trabalho bem como para

demandar seus direitos como cidadãs nos levou a investigar até que ponto os esforços propositais de atores externos, sejam eles ONGs, organizações de mulheres, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais ou governos, poderiam atuar como catalisadores para as ações. As pesquisadoras do Pathways trabalharam com técnicos/as e ativistas com longa experiência de trabalho com mulheres trabalhadoras na economia informal, com o objetivo de identificar algumas das abordagens utilizadas para organizar aquelas categorias mais difíceis de agregar na força de trabalho (KABEER et al., no prelo).

O estudo no Paquistão do impacto do Programa de Senhoras Agentes de Saúde, sobre a vida das mulheres agentes, mostrou pouca evidência de identidade e ação coletivas entre essas trabalhadoras no início da pesquisa. Já no final, parecia haver uma campanha emergente entre as trabalhadoras, voltada para questões, como salários atrasados e diminutos, reembolso de despesas de viagem, exploração percebida, casos de assédio e por maior reconhecimento do seu trabalho. Como a presidenta da Associação de Agendes de Saúde do Paquistão informou aos jornalistas: “O sucesso porventura conseguido pelo Paquistão em reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil ou em atingir os Objetivos do Milênio 4 e 5, não teria sido possível se as Senhoras Agentes de Saúde não tivessem ido bater de porta em porta” (KHAN, 2011).

Essas abordagens acentuam a recorrência ao chamado “poder suave” pelas trabalhadoras que não desfrutavam da capacidade de barganha coletiva dos sindicatos tradicionais, dominados por homens. “Poder suave” é exercido por meio de uma variedade de estratégias, incluindo simbolismo cultural, política discursiva, estratégias informatizadas e ativismo legal: o uso da informação para educar trabalhadoras sobre seus direitos, conscientizar o público sobre as injustiças econômicas e como uma forma pressão moral e política sobre empregadores; o uso subversivo de símbolos culturais para desafiar os modos estabelecidos de pensamento, a formulação de demandas de sorte que tenham eco em agendas mais amplas sobre meio ambiente, justiça social, crescimento econômicos, etc., e o uso de meios legais para negociar as demandas ao invés de se basear apenas em táticas de confronto. Embora nem todas as organizações estudadas fossem igualmente eficazes no uso dessas estratégias – houve um enorme contraste entre o sucesso das lutas das trabalhadoras domésticas no Brasil e na Índia, por exemplo – algumas conseguiram ganhos importantes, de reforma legal à seguridade social e alianças com outras organizações mais poderosas.

Principais recomendações para pesquisas e políticas

Primeira recomendação

Entender o trabalho das mulheres em suas diferentes modalidades permanece como um grande hiato na produção de conhecimento. Os formuladores de políticas não devem aceitar os resultados de pesquisas convencionais como conclusivos; ao invés, devem investir em um leque de métodos e abordagens diferentes para avaliar como melhor mensurar o trabalho das mulheres.

Tentativas de entender a relação entre o trabalho remunerado das mulheres, a igualdade de gênero e o crescimento econômico continuam a ser baseados em formas de mensuração do trabalho feminino muito imperfeitas. Esforços no sentido de fazer generalizações sobre o impacto do trabalho das mulheres no crescimento econômico devem ser qualificados por uma avaliação do nível de confiabilidade dos indicadores (HEINTZ, 2006; KLASSEN, 1999). Conforme aponta Sholkamy, as “pequenas” taxas de participação da força de trabalho feminina no Egito se mostram muito menos “pequenas” quando se considera a diversidade de formas de geração de renda e de contenção de despesas desenvolvidas pelas mulheres fora da economia formal. A experiência do Pathways tem demonstrado, às pesquisadoras egípcias, a inadequação dos instrumentos convencionais de sondagem para se captar o trabalho das mulheres. Muito do trabalho das mulheres dentro de casa pode ser “produtivo” em caráter, mas informal, sazonal e, muitas vezes, voltado para o consumo da família. As atividades relativas ao comércio desenvolvidas pelas mulheres são também muito difíceis de captar em sondagens convencionais.

Como também observado nos achados de outros contextos, é necessário que as sondagens levem em consideração o que se define como trabalho produtivo, que formas de trabalho são remuneradas, o período de referência e o espectro de atividades incluídas (OYA, 2010). Ao mesmo tempo, muito também depende do conhecimento e atitudes daqueles (ou daquelas) que coletam e interpretam os dados. Embora muitas pesquisas sobre força de trabalho agora incorporem a definição “expandida” de atividade econômica sugerida pela Organização Mundial do Trabalho (OIT), os resultados ainda estão longe de corresponder à realidade observada, razão pela qual a equipe de Bangladesh questionou a adequação das definições ditas certas para o contexto (MAHMUD; TASNEEM, 2011).

Elas aproveitaram os dados da sondagem para comparar suas estimativas da atividade econômica das mulheres com as oferecidas pela Secretaria de Estatísticas de Bangladesh – *Bangladesh Bureau of Statistics* (BBS) –, usando a mesma definição expandida da OIT na definição de trabalho. As estimativas do Pathways chegaram ao dobro daquelas do BBS. O fator central nessa discrepância foi a prática da equipe do BBS em reinterpretar a definição da OIT de sorte a “adaptá-la” para a realidade socioeconômica local. O resultado disso foi a incorporação dos mesmos vieses locais que prejudicaram a coleta de dados no passado. Em outras palavras, a mensuração adequada do trabalho remunerado das mulheres requer, não apenas chegar a uma definição “certa”, mas também garantir que aqueles/as responsáveis pela coleta, processamento e análise dos dados estejam cientes do que as definições estão de fato tentando captar.

Segunda Recomendação

O que é considerado empoderamento de mulheres pode variar consideravelmente de acordo com o contexto. O desafio da pesquisa é identificar o que há em comum, mas permanecer sensível às diferenças.

Estávamos cientes, desde o início, que empoderamento, bem como os processos que levam a ele, podem variar consideravelmente de acordo com o contexto. Discussões sobre metodologias para sondagens foram particularmente úteis em enfatizar esse ponto. A mobilidade das mulheres no espaço público e a extensão em que elas expressavam uma preferência sistemática por filhos homens eram relevantes para entender formas de empoderamento no Egito e Bangladesh, mas não em Gana e no Brasil. O contexto influenciou não apenas como o empoderamento poderia ser mensurado, mas também que questões poderiam ser perguntadas. A franqueza sobre preferências e práticas sexuais que caracterizaram a sondagem no Brasil não poderia ser replicada por meio de questionários nas culturas sexualmente mais conservadoras de Bangladesh e Egito – embora isso fosse certamente possível no formato mais relaxado da pesquisa qualitativa.

Em pesquisas comparativas futuras do tipo que pretendemos, um equilíbrio precisa ser alcançado entre o que é específico ao contexto e o que é mais geral em relação às questões perguntadas. As equipes discutiram coletivamente vários indicadores de

empoderamento e de variáveis explanatórias, baseando-se para tanto no corpus teórico e estudos empíricos sobre empoderamento de mulheres existentes; mas coube a cada equipe determinar quais variáveis deveriam ser incluídas. Cada equipe tentou adequar sua sondagem ao contexto local e, como resultado, acabou-se por eliminar variáveis que não se mostravam relevantes ou significativas. As explicações para essas decisões são uma contribuição importante para esta análise: o que não é relevante em um contexto é tão importante para se entender a questão quanto aquilo que é relevante! Por exemplo, enquanto no Egito os questionários aplicados eliminaram questões relacionadas à aquisição ou título de propriedade de terra por não se mostrarem relevantes, a razão para a sua insignificância pode refletir o fato de que poucas mulheres haviam adquirido ou possuíam terra, ou pode refletir a possibilidade de que título de propriedade de terra não contribuiu para o empoderamento de mulheres no Egito.

Terceira Recomendação

Os homens têm um papel crítico no contorno das trajetórias de empoderamento das mulheres. Pesquisas futuras sobre empoderamento de mulheres, no tocante a meios de vida e mercado de trabalho, deverão ter um enfoque explícito, tanto em homens quanto mulheres.

As mulheres ocuparam o papel central em nossa pesquisa, mas os homens apareceram em uma variedade de papéis e processos de empoderamento que documentamos. Sintetizando as várias reflexões oferecidas por este aspecto do nosso trabalho, nos parece cada vez mais certo que futuras pesquisas sobre o empoderamento de mulheres, no contexto das preocupações com modos de vida e mercado de trabalho, deverão ter um enfoque explícito tanto em homens quanto mulheres. Por exemplo, no contexto de Bangladesh, onde a maior parte das unidades domésticas se organiza agora nos moldes de famílias nucleares, o achado de que o valor dado ao trabalho da mulher por membros da família estava associado com resultados positivos, pode ser visto como indicativo da importância do apoio masculino dentro da família. Assim, nossos achados enfatizaram o outro lado da moeda do muito mais frequentemente relatado achado de que a resistência dos homens diminuiu os aspectos transformadores do trabalho remunerado das

mulheres, ou seja, eles sugerem que o apoio masculino pode aumentar o potencial transformador desse tipo de trabalho.

O nível educacional e a ocupação dos chefes de família teve pequeno impacto nos resultados de empoderamento das mulheres no caso do Egito, contudo, em Bangladesh, as mulheres em unidades domésticas, cujos chefes tinham ocupações qualificadas, ofereceram respostas mais positivas para o empoderamento do que aquelas em que os chefes estavam desempregados ou em trabalho temporário. Uma análise de coorte dos determinantes de preferência por filhos homens em Bangladesh revelou que a educação masculina entre as gerações mais jovens figurou como um importante elemento de previsão da menor preferência por homens, sugerindo que, na atualidade, a educação poder ter um impacto progressista nos homens maior do que teve em gerações anteriores.

Todas as mulheres que sustentam, completa ou parcialmente, suas famílias, estão mudando um aspecto de gênero na família patriarcal. Há uma importante lacuna em nossa compreensão de como homens e meninos estão vendo a gradual feminização de oportunidades de emprego, particularmente aqueles que estão confinados, por suas próprias desvantagens, a empregos na economia informal que pagam pouco (mas, veja-se Kabeer 2007 para uma revisão da literatura secundária). Por força de estarem auferindo renda ou sustentando suas famílias com seu trabalho produtivo, essas mulheres estão afetando os homens em suas vidas. Em alguns casos, os homens têm aprovado mulheres que compartilham o papel de provedores da família.



Uma vendedora de frutas em Salvador, Brasil
Foto: Sheila Rodriguez

Observamos que muito da raiva e violência dirigida às mulheres em famílias do Afeganistão refletia as frustrações dos homens tentando sustentar suas famílias, sozinhos. Nesses contextos, acesso ao microcrédito, embora canalizado por intermédio das mulheres, era bem vindo pelos homens porque lhes permitia melhor realizar seu papel de provedores. Contudo, em nossa pesquisa, também tivemos exemplos da recusa de homens em

reconhecer as demandas que o trabalho remunerado impunha ao tempo disponível das mulheres, alguns deles tentando proibir que elas trabalhassem.

Quarta Recomendação

Existem variações consideráveis nas trilhas do empoderamento de mulheres, até dentro de um mesmo contexto. Precisamos entender melhor como as variações no âmbito da comunidade influenciam a capacidade das mulheres de exercerem voz e agenciamento.

Junto com o peso dos constrangimentos estruturais na capacidade das mulheres exercerem voz e agenciamento, um achado importante que surgiu foi o significativo impacto dos contextos locais em moldar as trajetórias de empoderamento das mulheres. Efeitos específicos a determinadas localidades não foram registrados na análise regressiva de Gana, vez que local de residência foi captado apenas por uma variável amorfa distinguindo entre contextos rurais e urbanos. Contudo, tivemos evidência das diferenças entre as províncias do Norte de Gana e as de outras regiões do país. As análises multivariadas realizadas no Egito e em Bangladesh permitiram que se controlasse os resultados por regiões em que os estudos foram conduzidos, revelando que isso tinha um papel significativo na explicação de variações no empoderamento de mulheres. De fato, no caso do Egito, o efeito de localização dominou, de um modo geral, o efeito de características individuais e da unidade doméstica, sugerindo a maior influência do fator “comunidade” nesse contexto.

Não foram coletadas informações sobre que características no âmbito das comunidades poderiam levar a esses resultados no Egito e em Bangladesh, mas nosso conhecimento desses contextos, bem como os resultados de outros estudos, sugere que grau de conservadorismo religioso ou cultural, dinâmica da economia rural, conectividade socioeconômica (estradas, meios de transporte e comunicação, eletricidade, mídia, particularmente TV), assim como a qualidade do governo local figuram dentre os fatores que provavelmente diferenciam o acesso das mulheres ao trabalho remunerado e sua capacidade de traduzir trabalho pago em avanços no empoderamento. Pesquisas mais detalhadas sobre os fatores que restringem o empoderamento das mulheres no âmbito das

comunidades teriam um importante potencial para políticas, caso fosse possível separarmos aquelas restrições mais amenas a mudanças por meio de políticas.

Quinta Recomendação

Políticas que oferecem mais e melhores empregos para mulheres podem promover um ambiente propício para o seu empoderamento.

Há algumas recomendações importantes para políticas resultantes de nossa pesquisa. Primeiro e, antes de mais nada, ela sugere que a associação positiva entre mulheres engajadas em atividades remuneradas fora do lar e o nível de controle menor de parentes e relações familiares era maior do que no caso de mulheres economicamente inativas ou engajadas em trabalho produtivo não remunerado. Isso sugere a necessidade de se expandir as oportunidades para o trabalho remunerado para mulheres de uma forma geral. Ainda que uma ênfase geral em crescimento centrado no aumento de emprego possa potencialmente beneficiar as mulheres quanto os homens em uma economia, para que as mulheres pudessem de fato ser beneficiadas, isso teria que ser combinado à maior atenção às restrições com base no gênero que impedem as mulheres de usufruírem dessas oportunidades. Como nossa pesquisa sugere, compreendendo melhor e solucionando essas restrições localizadas pode provar ser um ponto de partida importante para tal estratégia. Isso chamaria atenção para os fatores contextuais mais genéricos, tais como infraestrutura, acesso ao mercado, comunicações, redes de informação, etc., assim como apoio para as responsabilidades reprodutivas das mulheres e o peso das atividades não pagas.

Ampliar as oportunidades de trabalho remunerado para as mulheres poderia fortalecer suas estratégias de sobrevivência e oferecer um amortecedor contra as flutuações do mercado. No entanto, o potencial transformador do trabalho formal remunerado, em muito sublinha a necessidade de melhores empregos para as mulheres. Se nos perguntarmos o que distingue o trabalho formal de outras formas de atividade econômica com potencial de trazer resultados positivos, é quase certo que incluiríamos alguma forma de contrato que reconhece a relação de trabalho entre mulheres trabalhadoras e seus empregadores, sejam eles do setor privado ou das prefeituras, bem como previsibilidade do trabalho, regularidade

da renda, direitos legais e algum grau de seguridade básico que não seja inteiramente dependente da capacidade individual de cada um auferir renda de cada um. Por certo, incluiríamos também benefícios indiretos, tais como acesso a instituições financeiras formais, órgãos reguladores e pertencimento a organizações de trabalho.

Sexta Recomendação

Uma abordagem gradualista e integrada pode ser necessária em contextos em que a informalidade das normas e a intersecção de restrições à participação de mulheres no mercado de trabalho tendem a se reforçar mutuamente.

Dado o grau de informalidade que caracteriza os mercados de trabalho em nossos locais de estudo, é praticamente impossível que condições formais de emprego possam ser expandidas por toda a economia em um futuro próximo. Contudo, as políticas poderiam dar atenção para trazer melhorias nas condições em que trabalhadores informais são atualmente empregados, para colocar no lugar alguma combinação das abordagens gradualista e integrada e empurrar para trás os limites da informalidade. O princípio do gradualismo reconhece a necessidade de se ter certas precondições no lugar antes que outros desafios possam ser enfrentados: a ênfase é no sequenciamento e nos ganhos incrementais. Já o racional para as “abordagens integradas” é a tentativa de responder à natureza interseccional de muitas das restrições impedindo o progresso das mulheres no mercado de trabalho, de sorte que esforços para solucionar um conjunto de restrições não terão efeito se deixarem as outras restrições inter-relacionadas intactas. A ênfase aqui é na simultaneidade, uma resposta integrada. Análises voltadas para políticas podem ajudar a determinar o equilíbrio certo entre sequenciamento e simultaneidade no desenho das intervenções e das circunstâncias em que se dará prioridade a uma sobre as outras.

Uma abordagem gradualista é essencial em contextos onde as mulheres não têm uma longa tradição de trabalho remunerado no espaço público; nesses casos, respeito, reconhecimento e satisfação no trabalho podem ser tão importantes quanto o próprio salário no rompimento das barreiras iniciais. Ficou evidente em nossa pesquisa que a oferta de serviços comunitários iniciados pelos governos criou uma ponte importante para mercados de trabalho para mulheres onde antes não existia uma tradição de trabalho remunerado para

mulheres no espaço público. Paquistão e Bangladesh podem ser vistos como representando pontos diferentes em processos nos quais isso aconteceu. No Paquistão onde o trabalho remunerado das mulheres no espaço público ainda é bastante pequeno, o relativamente novo Programa de Senhoras Agentes de Saúde, criado pelo governo, tem oferecido a mais de 100.000 mulheres a oportunidade de auferir uma renda por meio de trabalho no nível comunitário. Em Bangladesh, iniciativas semelhantes foram introduzidas há cerca de três décadas. Hoje, o crescimento de serviços de base comunitária de diferentes tipos, mas basicamente em questões de saúde e educação, permanecem como a fonte de oportunidades de trabalho para mulheres que ainda cresce mais rápido, embora as mulheres também estejam se engajando em várias outras formas de atividades remuneradas no espaço público. Ainda que o trabalho de saúde comunitária nos dois países não pague altos salários, o conceito de serviço para a comunidade tem provado ser um fator importante na superação da resistência das famílias à ideia das mulheres trabalharem (MAHMUD E SULTAN; KHAN, no prelo).

No Afeganistão, as condições podem ainda não ser propícias à promoção da participação de mulheres nesse tipo de trabalho comunitário, mas a provisão de microcrédito pode abrir oportunidades para geração de renda que antes não estavam disponíveis. O reduzido número de mulheres em nosso estudo que tinham acesso ao microcrédito para seus próprios empreendimentos valorizavam sua crescente autoconfiança, mas mesmo aquelas que usavam os empréstimos para financiar os empreendimentos de seus maridos relataram maior direito a voz em questões domésticas e um alargamento da sua rede social, talvez um passo precursor no desenvolvimento de uma voz coletiva (KABEER et al., 2011).

Uma abordagem gradualista pode buscar solucionar algumas das inseguranças associadas a atividades informais, uma das principais restrições a sua capacidade de arriscar ou barganhar por um negócio mais justo nas suas transações no mercado. Medidas de proteção social poderiam também ter um papel importante aqui. No Brasil, os movimentos de mulheres rurais originalmente mobilizaram em torno da demanda de incorporação das mulheres trabalhadoras rurais nos sindicatos como um meio de ganhar acesso à previdência social. Só mais recentemente os movimentos de mulheres rurais começaram a fazer lobby

por demandas politicamente mais estratégicas, tais como igualdade de gênero no direito a terra (SELWYN, 2011).

A experiência com transferências condicionais de renda (TCRs), centradas na cidadania, implementadas no Egito, tal qual discutidas por Sholkamy (2011), é um exemplo de uma medida de proteção social designada para solucionar e transformar algumas das restrições estruturais que mantêm as mulheres de famílias de baixa renda em uma situação de dependência perpétua. Em Pune, na Índia, o KKKPKP que é um sindicato de lixeiros, conseguiu criar um convênio de seguro de vida em grupo para seus associados em colaboração com a *Life Insurance Scheme* da Índia. Em Bangladesh, a possibilidade de algumas mulheres adquirirem ativos próprios, em forma de habitação ou terra, ou de investir seu dinheiro na poupança e de planos de pensão do governo, tornou-se uma importante fonte de seguridade para aquelas que puderam assim fazer (KABEER et al., 2011).

Ao mesmo tempo, nossa pesquisa também levantou exemplos em que uma abordagem integrada poderia ter fortalecido o agenciamento econômico das mulheres. Em Bangladesh, o fenômeno do “meio ausente” em que as mulheres empresárias só podem ter acesso a pequenos empréstimos por intermédio de organizações de microcrédito, ou a grandes empréstimos nos bancos, significa que não existe um caminho intermediário para as mulheres microempresárias conseguirem aumentar seus negócios de pequenas para empresas médias. Um número de mulheres na nossa amostragem do Afeganistão não tinha como fazer uso do seu acesso a microcrédito porque elas simplesmente não dispunham de nenhuma experiência prévia na administração de um negócio, nem acesso a oportunidades de treinamento para compensar sua falta de experiência.

Na Gana, em contraste, as mulheres que tinham passado por treinamento para entrar em novas ocupações tiveram que retornar às atividades mais tradicionais, uma vez que não tinham o capital necessário para ingressar na nova profissão. Além disso, as dificuldades que as mulheres relataram ter encontrado em conciliar o trabalho assalariado com suas responsabilidades domésticas indica a necessidade de apoio para creches, tanto para mulheres em trabalho assalariado quanto trabalhando por conta própria.

O fato de que os distritos/províncias em que as mulheres viviam continuaram sendo um fator diferenciador do grau em que elas conseguiam exercer voz e agenciamento sugere

a importância de nos voltarmos para essas restrições de nível comunitário como parte de uma abordagem mais integrada. Melhorias nas estradas, nos meios de comunicação e em outros elementos de infraestrutura, que garantam a disponibilidade de diferentes serviços, bem como eletricidade, água encanada nas casas, promoção de melhorias na governança local – tudo isso planejado e promovido em consulta com homens e mulheres da comunidade local – podem servir como meios de expandir o acesso das mulheres a oportunidades econômicas e aumentar o impacto transformador do seu trabalho. Uma abordagem mais “conectada” com uma série de decisões no domínio das políticas pode contribuir para um campo mais unificado e, a longo termo, mais equilibrado no que se refere ao acesso a – e benefícios de – oportunidades econômicas.

Sétima Recomendação

O impacto do trabalho remunerado na participação política das mulheres e em ações coletivas tem sido desigual. Mulheres trabalhadoras precisam construir e mobilizar a opinião pública a seu favor para pressionar o estado a apoiar suas lutas. Ações coletivas são vitais e precisam ser apoiadas.

Tais mudanças dificilmente ocorrem sem mobilização de um eleitorado de mulheres trabalhadoras capazes de pressionar seus empregadores, sejam do setor público ou privado, ou mesmo o próprio estado para apoiar suas lutas. Como notado anteriormente, ainda que o trabalho remunerado, de vários tipos, possa ter um impacto positivo na vida das mulheres, seu impacto sobre participação política e ações coletivas tem sido desigual. Nossas pesquisas revelaram um nível de associativismo bem baixo na vida das mulheres estudadas, com organizações religiosas constituindo a principal forma de associativismo entre as mulheres de Gana, organizações assistencialistas de vários tipos no Egito e, em Bangladesh, principalmente organizações de microcrédito. O impacto dessas organizações – com a exceção parcial de Bangladesh – é muito pequeno. Nossos estudos de caso de organizações voltadas para a articulação de mulheres na economia informal nos ofereceram lições importantes sobre o tipo de estratégias que poderiam promover a capacidade das

mulheres de barganhar por melhores termos e condições de trabalho, bem como a lutar por seus direitos e reconhecimento como cidadãs.

Mas não existe uma receita para a forma que essas organizações toma. Nossos estudos de caso cobriram organizações formais e informais, sindicatos e estruturas semelhantes, ONGs de vários tipos, incluindo organizações pelos direitos das mulheres, grupos de autoajuda e cooperativas. As mais bem sucedidas dessas organizações foram aquelas que começaram com as preocupações imediatas das mulheres trabalhadoras, oferecendo-lhes, mais comumente, o tipo de apoio prático que elas necessitavam para poder considerar objetivos de longo prazo. Esses objetivos foram buscados para mobilizar as trabalhadoras, em um ritmo que refletia suas verdadeiras restrições, ao invés de um imposto por agentes externos, combinando estratégias para mudança que agrupavam as esferas produtiva e reprodutiva, o mundo da família bem como o do trabalho.

Além disso, esses esforços organizativos tiveram um efeito aditivo quando puderam se associar a outras redes e associações com objetivos em comum. No Brasil, o sucesso do movimento de mulheres rurais em promover sua participação nos sindicatos rurais ajudar a transformar a política de gênero dessas organizações de domínio masculino. Isso também levou as mulheres trabalhadoras ao mundo mais amplo da política, anteriormente dominado por homens, colocando-as em contato com agentes do governo que formulam e fazem cumprir a regulação dos mercados de trabalho. Na Tailândia a Fundação MAP tem ajudado a federar seus grupos de trabalhadores migrantes, homens e mulheres, em uma associação, a Associação de Solidariedade dos Trabalhadores. Eles começaram a construir elos com sindicatos e outras associações de trabalhadores tailandeses para formar uma comissão conjunta de trabalhadores tailandeses e migrantes. Na medida em que os sindicatos tailandeses estão perdendo seus membros para a economia informal, esses sindicatos estão se voltando para a organização de trabalhadores migrantes.

Oitava Recomendação

Capacitação e comunicação são elementos críticos para expandir a base de conhecimento das mulheres e sua capacidade de melhorar suas vidas. Formuladores de políticas deveriam apoiar treinamento para as mulheres

desenvolverem diferentes habilidades e reconhecer, bem como fazer uso, do poder da mídia popular, tais como televisão e rádio.

O conhecimento é obviamente uma dimensão importante do empoderamento das mulheres, mas pode tomar formas diferentes. Nossos dados das sondagens enfatizaram a importância da educação formal em trazer várias mudanças positivas nas atitudes e agenciamento das mulheres. Nossa avaliação das estratégias utilizadas por organizações que procuram promover o bem estar e os direitos das mulheres trabalhadoras na economia informal enfatiza a significância que elas dão a várias formas de treinamento para apoiar aquelas que não tiveram a oportunidade de uma educação formal para melhorar suas vidas e sustento. Tal treinamento incluía habilidades de mercado do tipo promovido pelas ONGs de desenvolvimento em Bangladesh e na Índia. Em Gana, a Igreja surgiu como uma rota pela qual mulheres obtinham treinamento vocacional. Pode ser que o treinamento seja o elemento que explique o impacto para o empoderamento da Igreja e de associação com ONGs em Gana e Bangladesh respectivamente.

Treinamento e comunicação de vários tipos também surgiram como fatores críticos na ampliação da base de conhecimentos das mulheres em geral: sobre o mundo ao seu redor, sobre formas alternativas de organizar as formas de relacionamento entre homens e mulheres e dos seus direitos enquanto mulheres, como trabalhadoras e como cidadãs. O mesmo se deu com o treinamento desenhado especialmente para promover a conscientização das mulheres sobre seus direitos como trabalhadores, mulheres e cidadãs. No Brasil, muitas mulheres trabalhadoras domésticas frequentavam escolas noturnas depois da jornada de trabalho, o que provou ser um importante ponto de contato para ativistas procurando organiza-las. Um ganho importante dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Brasil foi a inclusão de uma cláusula nos acordos coletivos de trabalho permitindo que trabalhadores que estudassem pudessem sair das fazendas às 17hs para frequentar as aulas.

Algumas organizações incluíram programas de treinamento legal específicos como um dos aspectos chave de suas estratégias. Isso se deu com o Projeto de Mulheres de Fazenda que organiza mulheres vivendo e trabalhando em fazendas na África do Sul, com o Programa de Assistência a Migrantes que trabalhava com imigrantes de Burma na Tailândia, bem como com Saptagram, BRAC, Nijera Kori e Samata, organizações voltadas

para o trabalho com mulheres e homens sem-terra em Bangladesh, a KKKPKP que organiza lixeiros na Índia e o movimento pelos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Nossos resultados também sugerem que a mídia é um meio importante pelo qual o isolamento em que muitas mulheres trabalham pode ser rompido. No Brasil, foi através de programas de rádio que uma das principais ativistas das trabalhadoras domésticas tomou conhecimento de que havia um grupo de domésticas que se reunia regularmente para lutar por seus direitos. Mulheres que assistem TV regularmente em Bangladesh ofereceram respostas bem mais positivas para empoderamento do que as do Egito. Os fatores que contribuem para tanto em Bangladesh foram investigados em pesquisa qualitativa, sugerindo que, junto com filmes e novelas populares, as mulheres também assistiam programas de entrevistas, um tipo de programa muito popular em Bangladesh, que cobre muitas questões da atualidade. A TV também se mostrou um meio importante pelo qual as mulheres afegãs aprenderam como outras sociedades organizavam as relações entre homens e mulheres bem sobre novas leis para igualdade de gênero em sua própria sociedade. No Brasil, o programa de profissionalização, “Trabalho Doméstico Cidadão”, oferecido pelo Governo Federal, teve ampla cobertura da mídia com chamadas no rádio e TV.

Nona Recomendação

As leis são um recurso importante para as mulheres trabalhadoras melhorarem suas condições e posição na economia.

Finalmente, para mulheres trabalhadoras na economia informal que não têm o poder de confronto dos sindicatos tradicionais, a lei provou ser um recurso importante para suas lutas em prol de melhores condições de trabalho e melhor posição na economia. O Projeto de Trabalhadores em Fazendas da África do Sul conseguiu reunir provas para os acionistas da Tesco de que algumas das fazendas fornecedoras violavam os direitos dos trabalhadores, como forma de pressionar essa corporação a adotar auditorias sociais de todos seus fornecedores, junto com um plano de ação para sancionar os que não procedessem dessa forma. No Brasil, a federação de trabalhadores domésticos tem atuado no sentido de encorajar as trabalhadoras domésticas a tirarem Carteira de Trabalho e garantir que seja

assinada por seus empregadores como meio de formalizar a relação de trabalho. Na Tailândia, a Fundação MAP ajudou os trabalhadores migrantes vindos de Burma a mudarem sua estratégia; ao invés de fazerem greve para ter suas demandas reconhecidas por seus empregadores, passaram a mover ações contra eles na Justiça do Trabalho. Isso não apenas garantiu-lhes muitos ganhos, como também estabeleceu seus direitos legais enquanto trabalhadores em um país no qual seu status como cidadãos permanece tenebroso.

Conclusões: pesquisas futuras

O valor da pesquisa sobre o trabalho remunerado das mulheres que foi realizada como parte do programa de pesquisas do Pathways está no fato de ter permitido que explorássemos a relação entre trabalho remunerado e empoderamento em diferentes contextos socioeconômicos. Trouxe importantes achados em relação às formas de trabalho remunerado, que tinham maior probabilidade de ser mais empoderadoras, despertando atenção para a importância das ainda pouco pesquisadas restrições no nível das comunidades ao potencial transformador desse trabalho. Além disso, propiciou que tirássemos importantes lições sobre a metodologia para levar adiante esse tipo de pesquisa comparativa, se é que ganhos de uma abordagem comparativa devem ser maximizados. A conclusão mais importante que podemos tirar de nossa pesquisa se relaciona ao fato de que o trabalho formal – ou o trabalho com algumas feições de formalidade – tem os impactos mais consistentes e mais poderosos na capacidade das mulheres exercerem voz e agência. A pergunta mais óbvia que tal conclusão levanta é quais são as barreiras que impedem o acesso das mulheres a esse tipo de trabalho e o que poder fazer para desmontá-las? Nossa pesquisa caminhou um pouco no sentido de responder essa questão, mas ela permanece como grande hiato no nosso conhecimento sobre a natureza da geração da economia e como trampolim para pesquisas futuras sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

- ASSAD, R.; SHOLKAMY, H.; KRAFFT, C. *Is work empowering for women: evidence from Egypt*, 2011.
- DARKWAH, A. K.; TSIKATA, D. *Does it matter what work you do? an empirical investigation of waged and self-employment to women's empowerment in Ghana*.
- DARKWAH, A. K. Education: pathway to empowerment for Ghanaian Women? *IDS Bulletin*, v. 41, n. 2, 2010.
- HEINTZ, J. Globalisation, economic policy and employment: poverty and gender implications. *Employment Strategy Papers*, n. 3. Geneva: ILO, 2006.
- KABEER, N. Marriage, motherhood and masculinity in the global economy: reconfigurations of personal and economic life. *IDS Working Paper*, n. 290, Brighton: IDS, 2007.
- KABEER, N. Paid work, women's empowerment and gender justice: critical pathways of social change. *Pathways Working Paper*, n. 3, Brighton: IDS, 2008.
- KABEER, N. Between affiliation and autonomy: pathways of women's empowerment and gender justice in rural Bangladesh. *Development and Change*, v. 42, n. 2, 2011.
- KABEER, N.; MAHMUD, S.; TASNEEM, S. Paid work and other pathways to women's empowerment and citizenship in Bangladesh: findings from a survey. *IDS Working Paper*, n. 375, Brighton: IDS, 2011.
- KABEER, N.; KHAN, A.; ADLPARVAR, N. Faith, freedom and microfinance: gendered narratives of submission and subversion in urban Afghanistan. *IDS Working Paper*, Brighton: IDS, 2011.
- KABEER, N.; NATALI, L. Gender equality and economic growth: an analytical review of the literature. *IDS Working Paper*, in progress.
- KHAN, A. "Look, that is me on TV!": lady health workers in Pakistan, draft.
- KHAN, A. Lady health workers and social change in Pakistan. *Economic and Political Weekly*, v. XLVI, n. 30, 2011.
- KLASEN, S. Does gender inequality reduce growth and development? evidence from cross country regressions. *Policy Research Report on Gender and Development*. Washington: World Bank, 1999.
- MAHMUD, S.; SULTAN, M. *Gender and community health work in rural Bangladesh: continuity and change*, draft.
- MAHMUD, S.; TASNEEM, S. The under-reporting of women's economic activity in Bangladesh: an examination of official statistics. *BDI Working Paper*, n. 1, Dhaka: BDI, 2011.
- OYA, C. Rural inequality, wage employment and labour market formation in Africa: historical and micro-level evidence. *Working Paper*, n. 97, Policy Integration Department, Geneva: ILO, 2010.

SHOLKAMY, H.; ASSAD, R. *Journeys without maps or desired destinations? how should we interpret the current trends in female labour force participation in Egypt.*

TSIKATA, D.; DARKWAH, A. K. *Change and continuity in women's everyday lives in Ghana: exploring some indicators of the material dimensions of empowerment*, 15, 2009.

Livro:

KABEER, N.; MILWARD, K.; SUDARSHAN, R. (Ed.). *Refashioning the weapons of the weak: strategies for organizing women in the informal economy.* Manuscript submitted to Zed Press, London.

Sumário:

“Women and Rural Trade Unions in North East Brazil” – Ben Selwyn

“The Dynamics of a Non-governmental and Member-based Partnership: Women Farmworkers in South Africa” – Colette Solomon.

“Negotiating Patriarchies in the Fishing Community: Organisation Building in Tamil Nadu” – Jesu Rethinam.

“Gender, Ethnicity and the Illegal ‘Other’: Organizing Burmese Migrant Women Across the Thai Border” – Jackie Pollock.

“Organizing for Life and Livelihoods in the Mountains of Uttarakhand” – Anuradha Pande.

“The Challenge of Organizing Domestic Workers in Bangalore: Caste, Class and Gender in the Informal Economy” – Geeta Menon.

“The Struggle for Rights for Domestic Workers in North-East Brazil” – Andrea Cornwall and Terezinha Gonçalves.

“Sex, Work and Citizenship: VAMP and the Sex Workers Collective in Maharashtra” – Meena Seshu.

“Power at the Bottom of the Heap: Organizing Waste Pickers in Pune” – Laxmi Narayan and Purnima Chikarmane.